

**No. 40024**

---

**Brazil  
and  
Federal Republic of Germany**

**Special Agreement between the National Research Council (CNPq) and the Jülich Nuclear Research Centre Ltd. (KFA). Bonn, 19 November 1971**

**Entry into force:** *19 November 1971 by notification, in accordance with article 10*

**Authentic text:** *Portuguese*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Brazil, 1 March 2004*

---

**Brésil  
et  
République fédérale d'Allemagne**

**Accord spécial entre la Commission nationale de la recherche (CNPq) et le Centre de recherche nucléaire de Jülich Ltd. (KFA). Bonn, 19 novembre 1971**

**Entrée en vigueur :** *19 novembre 1971 par notification, conformément à l'article 10*

**Texte authentique :** *portugais*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Brésil, 1er mars 2004*

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

CONVENIO ESPECIAL ENTRE O CONSELHO NACIONAL  
DE PESQUISAS (CNPq) E O CENTRO DE PESQUISAS  
NUCLEARES DE JULICH Ltda (KFA)

Artigo 1º

O Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e o Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich Ltda (KFA) concluem o presente Acôrdo como Convênio Especial, conforme o Artigo 1, parágrafo 3 do Acôrdo Geral sobre Cooperação nos setores da Pesquisa Científica e de Desenvolvimento Tecnológico, assinado pelos Governos da República Federativa do Brasil e da República Federal da Alemanha, em 9 de junho de 1969, em Bonn.

Artigo 2º

(1) O CNPq e o KFA cooperarão nos seguintes setores:

1. Física teórica, experimental e aplicada
2. Química orgânica, inorgânica e físico-química, teóricas e experimentais
3. Geologia, geofísica e geoquímica
4. Ciências de materiais
5. Tecnologia industrial
6. Agricultura
7. Veterinária
8. Biologia
9. Bioquímica
10. Produção e aplicação de radioisótopos na ciências e tecnologia

(2) A cooperação compreenderá o intercâmbio de cientistas e técnicos, a realização comum de projetos científicos, bem como apoio mútuo na obtenção de equipamentos científicos.

(3) A Cooperação deverá incluir, além disso, a realização de cursos técnicos para cientistas brasileiros. O KFA esforçar-se-á, para tal fim, em enviar cientistas e técnicos altamente qualificados. Os temas das conferências serão fixados pelas Instituições Contratantes com seis meses de antecedência.

(4) A duração das atividades e outras condições de emprego dos colaboradores enviados no quadro do presente Convênio, bem como a realização de outros projetos, conforme o parágrafo (2) deste artigo, serão regulamentadas pelas Instituições Contratantes para cada caso isolado, em entendimento com outras instituições participantes.

#### Artigo 3º

(1) Os cientistas e técnicos brasileiros enviados no quadro do presente Convênio, com os quais o KFA, ou a Instituição por ele designada, concluir contrato de trabalho, serão equiparados de pleno direito, durante o exercício das atividades a eles atribuídas, aos cientistas e técnicos alemães em funções análogas. Ficarão sujeitos às disposições do Direito de Trabalho Alemão e serão segurados contra acidentes de trabalho.

Cientistas e técnicos aos quais entidades alemãs concederam uma bolsa-de-estudo estarão sujeitos às condições usuais na concessão de tais bolsas, além das condições estabelecidas por entendimentos especiais entre eles e o KFA. Serão segurados contra acidentes de trabalho pela instituição onde estejam trabalhando.

(2) Da mesma forma, os cientistas e técnicos alemães enviados no quadro do presente Convênio, com os quais o CNPq concluir um contrato de trabalho, serão equiparados aos colaboradores do CNPq. Serão remunerados segundo os níveis de vencimentos fixados para cientistas e técnicos estrangeiros e segurados contra acidentes de trabalho.

trabalho.

(3) Os cientistas e técnicos enviados por curto período, no quadro do presente Convênio, que não sejam contratados na forma prevista nos parágrafos 1 e 2 e que não recebam bolsa-de-estudo da parte alemã, bem como os docentes dos cursos previstos no artigo 2, parágrafo 3, recebem da Parte Contratante recebedora, durante o período de sua visita ao país recebedor, uma indenização calculada por dia de estada. O montante da diária será fixado pelas Instituições Contratantes, cada vez para o período de um ano calendário, levando-se em consideração o custo de vida na Alemanha e, correspondentemente, no Brasil.

#### Artigo 4º

(1) As despesas de viagem dos cientistas e técnicos enviados no quadro do presente Convênio serão pagas pela Instituição Contratante remetente.

(2) Conforme o artigo 3, parágrafo 1 do Acôrdio Geral Teuto-Brasileiro de 9 de junho de 1969, cada Instituição Contratante criará um fundo especial para o pagamento das despesas de viagem e das indenizações mencionadas no artigo 3º, parágrafo 3.

#### Artigo 5º

(1) Às invenções que cientistas ou técnicos brasileiros fizerem durante o exercício na República Federal da Alemanha de suas atividades previstas no presente Convênio será aplicada a legislação alemã sobre invenções de assalariados.

(2) Da mesma maneira, será aplicada a legislação brasileira sobre propriedade industrial a invenções feitas no Brasil por cientistas ou técnicos alemães, durante o exercício da mesma atividade.

#### Artigo 6º

(1) Se uma invenção for feita exclusivamente ou, pelo menos, 50% por um cientista ou técnico brasileiro enviado conforme o artigo 2º do presente Convênio, e a instituição alemã empregadora reivindicar essa invenção, deverá ser concedida ao CNPq uma licença sobre a patente que a instituição alemã vier a obter no Brasil.

Brasil.

A licença é isenta de taxas, desde que a invenção seja usada exclusivamente para fins de pesquisa. Em caso de uma utilização comercial da invenção, deverá ser paga uma taxa de licença adequada. Ao fixar-se o montante da taxa, serão concedidas ao CNPq as condições mais favoráveis. A licença não é exclusiva e irrevogável. Poderão ser concedidas sub-licenças, em entendimento com o titular alemão, dos direitos de patente no Brasil.

Se a instituição alemã que reivindicar a invenção não tiver interesse direto em requerer a concessão de patente brasileira, consultará o CNPq sobre se este tem interesse em que a instituição alemã apresente tal requerimento de patente. Em caso afirmativo, o CNPq solicitará à instituição alemã que requeira a patente brasileira, reembolsando-lhe todas as despesas no Brasil vinculadas ao requerimento de registro e à conservação dos direitos de patente.

(2) Se uma invenção for feita exclusivamente ou, pelo menos 50% por um cientista ou técnico alemão enviado conforme o artigo 2º do presente Convênio, e a instituição brasileira empregadora reivindicar essa invenção, deverá ser concedida ao KFA uma licença sobre a patente que a instituição brasileira vier a obter na República Federal da Alemanha. A licença é isenta de taxas, desde que a invenção seja usada exclusivamente para fins de pesquisa. Em caso de uma utilização comercial da invenção, deverá ser paga uma taxa de licença adequada. Ao fixar-se o montante da taxa, serão concedidas ao KFA as condições mais favoráveis. A licença não é exclusiva e irrevogável. Poderão ser concedidas sub-licenças, em entendimento com o titular brasileiro, dos direitos de patente na Alemanha.

Se a instituição brasileira que reivindicar a invenção não tiver interesse direto em requerer a concessão de patente alemã, consultará o KFA sobre se este tem interesse em que a instituição brasileira apresente tal requerimento de patente. Em caso afirmativo, o KFA solicitará à instituição brasileira que requeira a patente alemã, reembolsando-lhe todas as despesas na Alemanha vinculadas ao requerimento de registro e à conservação dos direitos de patente.

(3) Caso os cientistas ou técnicos enviados no quadro do presente Convênio exerçam suas atividades em estabelecimentos pelos quais a Insti-

Instituição Contratante recebedora não é juridicamente responsável, a Instituição Contratante se esforçará para que o responsável pelo estabelecimento conceda à Parte Contratante resistente o tratamento a que se referem os parágrafos 1º e 2º.

Artigo 7º

Conhecimentos e experiências não publicados, que os colaboradores enviados no âmbito do presente Convênio adquiram em instituições do país da Instituição Contratante, deverão ser tratados confidencialmente.

Artigo 8º

As Instituições Contratantes manterão a Comissão Mista Teuto-Brasileira informada sobre o estado da cooperação mediante relatórios anuais sobre o programa de cooperação.

Artigo 9º

(1) As Instituições Contratantes, reciprocamente, não se responsabilizam por prejuízos causados por um cientista ou técnico enviado no quadro do presente Convênio.

(2) Os cientistas e técnicos enviados conforme o presente Convênio serão responsáveis perante a Parte Contratante recebedora, apenas na medida em que houverem causado dano intencionalmente ou por grave negligência.

(3) Em caso de danos causados a terceiros por cientistas e técnicos, aplicar-se-ão as leis e regulamentos locais.

Artigo 10

O presente Convênio Especial entrará em vigor uma vez aprovado pelos respectivos Governos, mediante troca de notas.

Artigo 11

O presente Convênio Especial poderá ser rescindido por qualquer das Instituições Contratantes, mediante aviso prévio de, pelo menos, doze me-

meses.

Bonn, em 19 de novembro de 1971

Pelo Conselho Nacional  
de Pesquisas

Gerhard Jacob

Pelo Centro de Pesquisas  
Nucleares de Jülich Ltda.

Karl H. Reichert

[TRANSLATION — TRADUCTION]

SPECIAL AGREEMENT BETWEEN THE NATIONAL RESEARCH COUNCIL (CNPq) AND THE JÜLICH NUCLEAR RESEARCH CENTRE, LTD. (KFA)

*Article 1*

The National Research Council (CNPq) and the Jülich Nuclear Research Centre, Ltd. (KFA) hereby conclude this Agreement as a Special Agreement under article 1, paragraph 3, of the General Agreement concerning cooperation in scientific research and technical development, signed at Bonn by the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Federal Republic of Germany on 9 June 1969.

*Article 2*

(1) CNPq and KFA shall cooperate in the following fields:

1. Theoretical, experimental and applied physics;
2. Organic, inorganic, physical, theoretical and experimental chemistry;
3. Geology, geophysics and geochemistry;
4. Material science;
5. Industrial technology;
6. Agriculture;
7. Veterinary science;
8. Biology;
9. Biochemistry; and
10. Production and application of radioisotopes in science and technology.

(2) Cooperation shall include the exchange of scientists and technicians, the joint implementation of scientific projects and mutual support in obtaining scientific equipment.

(3) Cooperation shall also include the holding of technical courses for Brazilian scientists. KFA shall endeavour to assign highly qualified scientists and technicians for that purpose. The subjects of the lectures shall be determined by the Contracting Institutions six months in advance.

(4) The length of service and the other conditions of employment of the cooperating workers assigned under this Agreement and the implementation of other projects under paragraph (2) of this article shall be regulated by the Contracting Institutions on a case-by-case basis by agreement with other participating institutions.



*Article 3*

(1) Brazilian scientists and technicians assigned under this Agreement with whom KFA or the institution designated by it enters into employment contracts shall be accorded all the same rights during the exercise of their functions as are accorded to German scientists and technicians employed on similar work. They shall be subject to the provisions of German labour law and shall be insured against industrial accidents. Scientists and technicians who receive fellowships from German institutions shall be subject to the usual conditions for the award thereof, in addition to any conditions established by special agreement between them and KFA. They shall be insured against industrial accidents by the institutions which employ them.

(2) Similarly, German scientists and technicians assigned under this Agreement with whom CNPq enters into employment contracts shall enjoy the same rights as the staff of CNPq. They shall be paid according to the scale of remuneration established by CNPq for foreign scientists and technicians and shall be insured against industrial accidents.

(3) Scientists and technicians on short-term assignment under this Agreement who are not engaged in accordance with paragraphs (1) and (2) and who do not receive a German fellowship, as well as the teachers of the courses mentioned in article 2, paragraph (3), shall be paid a daily allowance by the receiving Contracting Party for the duration of their stay in the receiving State. The amount of the daily allowance shall be fixed by the Contracting Institutions for successive periods of one calendar year, account being taken of the respective costs of living in Germany and Brazil.

*Article 4*

(1) Travel costs for scientists and technicians assigned under this Agreement shall be borne by the sending Contracting Institution.

(2) In accordance with article 3, paragraph (1), of the German-Brazilian General Agreement of 9 June 1969, each Contracting Institution shall establish a special fund for payment of the travel costs and the allowance mentioned in article 3, paragraph (3).

*Article 5*

(1) Inventions made by Brazilian scientists or technicians while exercising the functions envisaged in this Agreement in the Federal Republic of Germany shall be subject to German legislation on inventions made by employees.

(2) Similarly, Brazilian legislation on industrial property shall apply to inventions made in Brazil by German scientists or technicians during the exercise of the same functions.

*Article 6*

(1) Where an invention is made entirely, or at least 50 per cent, by a Brazilian scientist or technician assigned under article 2 of this Agreement and where the German employ-

ing institution lays claim to that invention, CNPq shall be granted a licence for a patent obtained in Brazil by the German institution. The licence shall be free of charge so long as the invention is used only for research purposes.

Where the invention is used commercially, an appropriate fee shall be paid. In establishing the amount of the said fee, the most favourable terms shall be granted to CNPq. The licence shall not be exclusive and shall be irrevocable. Secondary licences may be issued by agreement with the German holder of the patent in Brazil. Where the German institution which has laid claim to the invention has no direct interest in applying for a Brazilian patent, it shall consult CNPq as to whether the latter is interested in the German institution's submitting such an application. If the answer is in the affirmative, CNPq shall request the German institution to apply for the Brazilian patent and shall reimburse it for all costs incurred in Brazil in connection with the application for and maintenance of the patent.

(2) Where an invention is made entirely, or at least 50 per cent, by a German scientist or technician assigned under article 2 of this Agreement and where the Brazilian employing institution lays claim to that invention, KFA shall be granted a licence for a patent obtained in the Federal Republic of Germany by the Brazilian institution. The licence shall be free of charge so long as the invention is used only for research purposes. Where the invention is used commercially, an appropriate fee shall be paid. In establishing the amount of the said fee, the most favourable terms shall be granted to KFA. The licence shall not be exclusive and shall be irrevocable. Secondary licences may be issued by agreement with the Brazilian holder of the patent in Germany. Where the Brazilian institution which has laid claim to the invention has no direct interest in applying for a German patent, it shall consult KFA as to whether the latter is interested in the Brazilian institution's submitting such an application. If the answer is in the affirmative, KFA shall request the Brazilian institution to apply for the German patent and shall reimburse it for all costs incurred in the Federal Republic of Germany in connection with the application for and maintenance of the patent.

(3) Where scientists and technicians assigned under this Agreement exercise their functions in establishments for which the receiving Contracting Institution is not legally responsible, the said Contracting Institution shall endeavour to ensure that the entity responsible for the establishment accords to the sending Contracting Party the treatment mentioned in paragraphs (1) and (2).

#### *Article 7*

Unpublished knowledge and experience acquired by collaborators assigned under this Agreement at institutions in the country of the receiving Contracting Institution shall be treated confidentially.

#### *Article 8*

The Contracting Institutions shall keep the German-Brazilian Mixed Commission informed of the situation in the matter of cooperation by means of annual reports on the cooperation programme.

*Article 9*

(1) The Contracting Institutions shall not hold each other liable for damage caused by a scientist or technician assigned under this Agreement.

(2) Scientists or technicians assigned under this Agreement shall be liable vis-à-vis the receiving Contracting Party only to the extent that they have caused damage intentionally or through gross negligence.

(3) In the event of damage caused to third parties by scientists or technicians, the local laws and regulations shall apply.

*Article 10*

This Special Agreement shall enter into force as soon as the two Governments have approved it through an exchange of notes.

*Article 11*

This Special Agreement may be denounced by either Contracting Institution on not less than 12 months' notice.

[Done at] Bonn on 19 November 1971.

For the National Research Council:

GERHARD JACOB

For the Jülich Nuclear Research Centre, Ltd.:

KARL H. BECKURST

[TRANSLATION — TRADUCTION]

ACCORD SPÉCIAL ENTRE LA COMMISSION NATIONALE DE LA RECHERCHE (CNPq) ET LE CENTRE DE RECHERCHE NUCLÉAIRE DE JÜLICH LTD. (KFA)

*Article premier*

La Commission nationale de la recherche (CNPq) et le Centre de recherche nucléaire de Jülich Ltd. (KFA) concluent le présent Accord en tant qu'Accord spécial aux termes du paragraphe 3 de l'article premier de l'Accord général de coopération dans les domaines de la recherche scientifique et du développement technique, signé à Bonn le 9 juin 1969 entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République fédérale d'Allemagne.

*Article 2*

1. La coopération entre la CNPq et le KFA aura lieu dans les domaines suivants :
  - 1) Physique théorique, expérimentale et appliquée ;
  - 2) Chimie organique, inorganique, physique, théorique et expérimentale ;
  - 3) Géologie, géophysique et géochimie ;
  - 4) Science matérielle ;
  - 5) Technologie industrielle ;
  - 6) Agriculture ;
  - 7) Science vétérinaire ;
  - 8) Biologie ;
  - 9) Biochimie ; et
  - 10) Production et application de radioisotopes à la science et à la technologie.
2. La coopération portera sur l'échange de scientifiques et de techniciens, l'exécution conjointe de projets scientifiques.
3. La coopération portera également sur l'organisation de cours techniques à l'intention des scientifiques brésiliens. Le KFA s'efforcera, à cette fin, de détacher des scientifiques et des techniciens hautement qualifiés. Les thèmes des cours seront déterminés six mois à l'avance par les Institutions contractantes.
4. Les Institutions contractantes détermineront au cas par cas, et d'un commun accord avec les autres institutions participantes, la durée des activités et les autres conditions d'emploi des coopérants détachés au titre du présent Accord ainsi que les modalités de réalisation des autres projets conformément au paragraphe 2 du présent article.

*Article 3*

1. Les scientifiques et techniciens brésiliens détachés au titre du présent Accord et avec lesquels le KFA ou l'institution désignée par lui aura conclu un contrat de travail se verront accorder, dans l'exercice de leurs fonctions, les mêmes droits que les scientifiques et techniciens allemands exerçant des fonctions analogues. Ils seront soumis au droit du travail allemand et seront assurés contre les accidents du travail. Les scientifiques et les techniciens qui recevront une bourse d'un organisme allemand seront soumis aux conditions habituelles d'octroi de ces bourses, indépendamment des conditions fixées dans les accords qu'ils auront conclus avec le KFA. Ils seront assurés contre les accidents du travail par les organismes qui les emploient.

2. De la même façon, les scientifiques et les techniciens allemands détachés auprès de la CNPq au titre du présent Accord et avec lesquels la CNPq aura conclu un contrat de travail jouiront des mêmes droits que le personnel de la CNPq. Ils seront classés dans les catégories de rémunération prévues par la CNPq pour les scientifiques et les techniciens étrangers et seront assurés contre les accidents du travail.

3. Les scientifiques et les techniciens détachés pour une période de courte durée au titre du présent Accord et qui ne sont pas employés dans les formes prévues aux paragraphes 1 et 2 ou ne bénéficient pas d'une bourse d'études allemande, ainsi que les chargés de cours visés au paragraphe 3 de l'article 2, recevront une indemnité journalière de la Partie contractante d'accueil, pendant la durée de leur séjour dans l'État d'accueil. Le taux de cette indemnité journalière sera fixé par les Institutions contractantes pour des périodes d'une année civile, en fonction du coût de la vie en Allemagne et au Brésil.

*Article 4*

1. Les frais de voyage des scientifiques et des techniciens détachés au titre du présent Accord seront à la charge de l'Institution contractante d'envoi.

2. Conformément au paragraphe I de l'article 3 de l'Accord général germano-brésilien du 9 juin 1969, chaque Institution contractante établira un fonds spécial pour le paiement des frais de voyage et l'indemnité journalière visée au paragraphe 3 de l'article 3.

*Article 5*

1. Les inventions faites par les scientifiques et techniciens brésiliens dans l'exercice, en République fédérale d'Allemagne, de leurs fonctions envisagées dans le présent Accord seront soumises à la législation allemande applicable aux inventions faites par des salariés.

2. De la même manière, la législation brésilienne relative à la propriété industrielle sera applicable aux inventions faites au Brésil par des scientifiques et techniciens allemands dans l'exercice de leurs fonctions.

*Article 6*

1. Si une invention est faite entièrement ou au moins à concurrence de 50 p. 100 par un scientifique ou un technicien brésilien détaché conformément à l'article 2 du présent Accord et si l'institution allemande qui l'emploie revendique cette invention, une licence devra être accordée au CNPq sur le brevet obtenu au Brésil par ladite institution allemande. Cette licence sera exemptée de redevances à condition que l'invention soit exclusivement utilisée à des fins de recherche. Si l'invention est utilisée à des fins commerciales, une redevance appropriée devra être versée. Pour le calcul de cette redevance, la CNPq bénéficiera des conditions les plus favorables. Cette licence ne sera pas exclusive et sera irrévocable. Il pourra être accordé des sous-licences sur les droits de brevet au Brésil, en accord avec leurs titulaires allemands. Si l'institution allemande revendiquant l'invention n'a pas d'intérêt direct à demander un brevet au Brésil, elle consultera la CNPq pour savoir si celle-ci est intéressée par une telle demande de brevet. Dans l'affirmative, la CNPq priera l'institution allemande de demander un brevet brésilien et lui remboursera tous les frais occasionnés au Brésil par la demande et les renouvellements du brevet.

2. Si une invention est faite entièrement ou au moins à concurrence de 50 p 100 par un scientifique ou un technicien allemand détaché conformément à l'article 2 du présent Accord et si l'institution brésilienne qui l'emploie revendique cette invention, une licence devra être accordée au KFA sur le brevet obtenu en République fédérale d'Allemagne par ladite institution brésilienne. Cette licence sera exemptée de redevances à condition que l'invention soit exclusivement utilisée à des fins de recherche. Si l'invention est utilisée à des fins commerciales, une redevance appropriée devra être versée. Pour le calcul de cette redevance, le KFA bénéficiera des conditions les plus favorables. Cette licence ne sera pas exclusive et sera irrévocable. Il pourra être accordé des sous-licences sur les droits de brevet en République fédérale d'Allemagne, en accord avec leurs titulaires brésiliens. Si l'institution brésilienne revendiquant l'invention n'a pas d'intérêt direct à demander un brevet en République fédérale d'Allemagne, elle consultera le KFA pour savoir si celui-ci est intéressé par une telle demande de brevet. Dans l'affirmative, le KFA priera l'institution brésilienne de demander un brevet allemand et lui remboursera tous les frais occasionnés en République fédérale d'Allemagne par la demande et les renouvellements du brevet.

3. Lorsque les scientifiques et les techniciens détachés au titre du présent Accord exercent leurs fonctions dans des établissements dont les Institutions contractantes ne sont pas juridiquement responsables, lesdites Institutions contractantes feront en sorte que le responsable de l'établissement accorde à l'Institution contractante le traitement visé aux paragraphes 1 et 2.

*Article 7*

Les connaissances et les données d'expérience non publiées que les collaborateurs détachés au titre du présent Accord auront acquises dans des établissements du pays de l'Institution contractante d'accueil seront traitées confidentiellement.

*Article 8*

Les Institutions contractantes tiendront la Commission germano-brésilienne informée de l'état de leur coopération au moyen de rapports annuels sur leur programme de coopération.

*Article 9*

1. Les Institutions contractantes ne seront pas tenues responsables l'une envers l'autre des dommages causés par un scientifique ou un technicien détaché au titre du présent Accord.

2. Les scientifiques et les techniciens détachés au titre du présent Accord ne seront tenus responsables à l'égard de la Partie contractante d'accueil que des dommages qui seraient causés intentionnellement ou par suite d'une faute grave.

3. Dans les autres cas, les dispositions juridiques et réglementaires locales sont applicables à la responsabilité des scientifiques et des techniciens.

*Article 10*

Le présent Accord spécial entrera en vigueur dès qu'il aura été approuvé par les gouvernements respectifs au moyen d'un échange de notes.

*Article 11*

Le présent Accord spécial pourra être dénoncé par l'une ou l'autre des Institutions contractantes moyennant préavis d'au moins 12 mois.

Fait à Bonn, le 19 novembre 1971

Pour la Commission nationale de la recherche :

GERHARD JACOB

Pour le Centre de recherche nucléaire de Jülich Ltd. :

KARL H. BECKURST

